



Controle de ativos, principais problemas nos sistemas ERPS e falhas nos controles internos

Asset control, main problems in ERPS systems and failures in internal controls

Recebimento: 15/04/2024 - Aceite: 20/08/24 - Publicação: 01/10/2024

Processo de Avaliação: Double Blind Review – DOI: <https://doi.org/10.22567/rep.v13i2.999>

Alcidis Ferreira da Costa

alcidis.ferreira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6225-2305>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Napoleão Verardi Galegale

nvg@galegale.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-2228-9151>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Fernando de Almeida Santos

almeidasantos@pucsp.br

<https://orcid.org/0000-0002-1716-2802>

Centro Universitário ENIAC

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Fabrício José Piacente

fjpiacente@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-1333-0573>

Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza"

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar e confirmar eventuais problemas nos controles de ativos imobilizado e intangível. Foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de um questionário em uma amostra, não estatística, de profissionais contábeis em geral, com 50



respondentes. Mediante revisão bibliográfica, os problemas identificados foram agrupados em duas premissas: (i) Problemas nos sistemas ERPs para controle de ativos, com duas proposições, e, (ii) Falhas nos controles internos de ativos com uma proposição. Os resultados indicaram que na percepção dos respondentes, a primeira premissa foi refutada, enquanto a segunda foi confirmada. Adicionalmente, observou-se que, dependendo do nível da posição hierárquica (estratégica, tática ou operacional) do respondente dentro da companhia, a percepção do problema pode variar. Apesar da limitação deste estudo em relação à pesquisa de campo, sem uma amostra estatística para representação da população de profissionais contábeis atuantes no controle de ativos, o mesmo contribui para melhorar o entendimento e as decisões dos gestores que respondem por este tema nas empresas, bem como contribui academicamente com novos *insights* sobre a presente questão.

Palavras Chaves: ativo imobilizado, ativo intangível, *Enterprise Resource Planning* (ERP)

ABSTRACT

The objective of this research was to identify and confirm possible problems in the controls of fixed and intangible assets. Field research was carried out using a questionnaire on a non-statistical sample of accounting professionals in general, with 50 respondents. Through a literature review, the problems identified were grouped into two premises: (i) Problems in ERP systems for asset control, with two propositions, and (ii) Failures in internal asset controls with one proposition. The results indicated that in the respondents' perception, the first premise was refuted, while the second was confirmed. Additionally, it was observed that, depending on the level of hierarchical position (strategic, tactical or operational) of the respondent within the company, the perception of the problem may vary. Despite the limitation of this study in relation to field research, without a statistical sample to represent the population of accounting professionals working in asset control, it contributes to improving the understanding and decisions of managers responsible for this topic in companies, as well how it contributes academically with new insights in this issue.

Keywords: *fixed assets, intangible assets, Enterprise Resource Planning (ERP)*



1. INTRODUÇÃO

As organizações modernas reconhecem que uma abordagem estratégica para a gestão de ativos torna-se uma fonte de competitividade sustentável, que traz vantagens de sobrevivência a longo prazo num ambiente turbulento e disputado de negócios. As empresas passaram a alinhar a estratégia de gestão de ativos com a estratégia organizacional, à medida que a gestão de ativos passou a ser tratada como estratégica, assim como a alocação de investimentos, expansão de infraestrutura, modernização e substituição, terceirização, leasing e coprodução. Sendo assim a gestão de ativos deve se estender além dos níveis de controle de equipamentos e plantas e abranger os objetivos de negócios. (Gavrikova, et al. 2020).

Neste sentido, somente se a contabilidade e o controle do ativo imobilizado estiverem satisfatoriamente organizados, será possível obter informações detalhadas e confiáveis a respeito das atividades financeiras e econômicas das organizações. (Javdatovna, 2021).

Uma das formas de controle interno contábil é o controle de ativos. O controle interno dos ativos deve ser capaz de fornecer informações: da localização do ativo no momento solicitado; de como apresentar o valor dos ativos pertencentes a entidade; de como gerir os valores dos investimentos por divisão; como efetivar a baixa do bem que se tornar obsoleto entre outras.

Com a evolução tecnológica a profissão contábil, assim como as demais, passou a valer-se da tecnologia disponível, de forma a utilizar-se de sistemas contábeis e sistemas ERP (*Enterprise Resource Planning*) como mecanismo de ganho de performance, mas apesar das vantagens, ainda sim o controle de ativos continua sendo um desafio dentro das organizações.

Com base em pesquisas realizadas na plataforma *Scholar* Google, verificou-se, entre 2010 a 2021, apenas quatro artigos científicos relevantes, que abordam os problemas e falhas nos controles de ativos imobilizados e intangível, ainda que o controle interno de ativos se mostre um desafio tanto nas grandes como nas pequenas corporações. Este estudo parte das premissas de que este desafio é devido: a) Problemas nos sistemas ERPs para controle de ativos; b) Falhas nos controles internos de ativos.



As questões de pesquisa que direcionam este estudo são: Quais os problemas nos sistemas ERPs para controle de ativos imobilizados e intangíveis? Quais as principais falhas nos controles internos destes ativos?

O objetivo geral consiste em identificar, por meio de pesquisa de campo, a percepção dos problemas nos controles de ativos, seja nas falhas nos controles internos, seja por problemas nos sistemas ERPs.

2. REFERENCIAL TEÓRICO.

Neste tópico serão abordados os conceitos de ERP (*Enterprise Resource Planning*), Ativo imobilizado, Ativo intangível, Problema nos sistemas ERP para controle de ativos, Falhas nos controles internos de ativos imobilizados.

2.1. Enterprise Resource Planning (ERP)

“Um ERP é um sistema multifuncional e corporativo, que operara através de um pacote de módulos integrados, que oferecem suporte aos processos de negócios padrão de uma organização”. (Bjelland & Haddara, 2018, p. 2).

Sistemas ERP, que em tradução livre significa “Planejamento dos recursos da empresa”, são *softwares* com módulos integrados aos diversos departamentos das empresas, que visam possibilitar agilidade e acuracidade no fluxo de dados, permitindo a tomada de decisões quebrando as barreiras departamentais para extração e cruzamento destas informações.

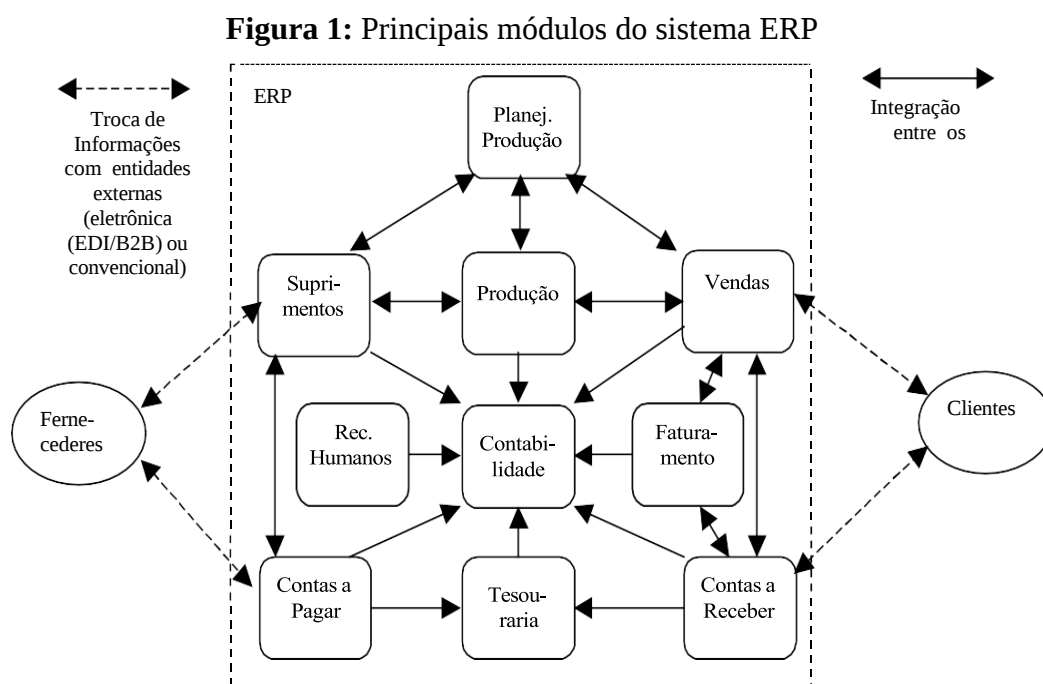
Segundo Kotb, et al. (2011), um dos principais objetivos de um sistema ERP é apoiar os processos centrais, a rotina do negócio, e as transações através da integração de dados e processos multifuncionais no sistema.

Para Huber, et al. (2016), o objetivo dos sistemas ERP é uma alta integração corporativa, possibilitada pelo uso de aplicativos discretos a partir de um banco de dados comum. A junção inclui todas as informações de uma empresa e suas áreas de negócios como Finanças, Contabilidade, Recursos Humanos, Operações e Logística. Os sistemas ERP são, portanto,

altamente centralizados.

Elragal e Haddara (2012) destacam que a motivação para as organizações adotarem um sistema ERP é normalmente reduzir custos, melhorar a tomada de decisões por meio de relatórios mais assertivos, aprimorar o relacionamento com o cliente, atender aos requisitos legais e de mercado e aumentar eficiência do processo. O sucesso do projeto de implementação de um ERP envolve, necessariamente, os conhecimentos das partes interessadas (stakeholders) para o alcance dos objetivos estabelecidos (Chaves et al. 2013)

A Figura 1 apresenta os principais módulos de um sistema ERP e suas principais interligações.



Fonte: Souza, 2003

De acordo com Araújo (2015), os ERPs baseiam-se na existência de bases de dados comuns que permitam partilhar a informação com diversos usuários. Dessa forma, o



departamento já não é o “proprietário” de dados ou de sistema informático, mas todas as unidades usuárias dispõem de recursos de informação.

Segundo Correa et al. (1999), os sistemas ERP surgiram como evolução dos sistemas MRP (*Materials Requirement Planning* - Planejamento das Necessidades de Materiais) e MRP II (*Manufacturing Resources Planning* - Planejamento dos Recursos de Manufatura). Ao MRP foram agregados os módulos para cálculo preciso de capacidade e controle de chão de fábrica, e para o fornecimento da necessidade de compras, o que permitiu evoluir para o MRP II. Ao MRP II foram agregados novos módulos como Vendas, Finanças, Recursos Humanos e Controladoria deixando de ser sistemas unicamente usuais para manufaturas, extendendo suas funcionalidades para outros departamentos da empresa, incluindo a satisfação de clientes (Da Silva & Galegale, 2020).

Para Davenport (1998), a implantação do ERP nas empresas foi impulsionada pelo *Bug* do milênio, no qual os administradores poderiam continuar lutando com o desenvolvimento interno de seus *softwares* ou procurar por uma solução rápida para corrigir o problema com a implantação dos sistemas ERPs.

2.2. Ativo Imobilizado

A Lei no 6.404/76, em seu artigo 179, inciso IV, define que se classifica como Ativo Imobilizado: “Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.”

O Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Define o Imobilizado como um ativo tangível que: i) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias e serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e que ii) se espera utilizar por mais de um ano.



Para Hanum et al. (2019), um ativo imobilizado deve possuir as seguintes características: i) devem ser, necessariamente, utilizados no curso normal das operações da empresa; ii) tratar-se de ativos que proporcionam um período longo de uso dos benefícios econômicos gerados, período superior a um ano; iii) apresentar substância física visível aos olhos, de modo que se distingue dos ativos intangíveis como patentes e marcas registradas.

Segundo Padoveze et al. (2017), ativos imobilizados (ou ativos fixos tangíveis) representam todos os bens de longa permanência na empresa, destinados ao funcionamento normal de suas atividades e de seu empreendimento. São propostos à manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens (no caso das operações de arrendamento mercantil financeiro).

São exemplos de ativos imobilizados: Benfeitorias em Imóveis de Terceiros; Moveis e utensílios; Equipamentos de Informática; Sistemas Aplicativos – *Software*; Máquinas, Aparelhos e Equipamentos; Equipamentos de Comunicação; Veículos etc.

2.3. Ativo Intangível

Os ativos incorpóreos antes eram classificados juntamente com o Ativo Imobilizado, porém com as alterações, promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, na Lei 6.404/76, entre outras alterações, foi criado o grupo “Intangível”, que passou a figurar como um ativo não circulante. A Lei no 6.404/76, em seu art.º 179, inciso VI, determina que serão classificados no Intangível “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”.

O Pronunciamento Técnico CPC 04 R1 – Ativo Intangível – define o Intangível como um ativo não monetário, identificável, sem substância física.

Ativos intangíveis são ativos, o que significa que atendem à definição de ativos apresentada na Estrutura Conceitual, que não sejam itens monetários e não possuem qualquer substância corporal constituída. (Nichita, 2019).

Segundo Padoveze et al. (2017), se um *software* operacional (sistema operacional) for



parte integrante de uma máquina ou equipamento, deve ser tratado como ativo imobilizado, pelo fato de não ter vida própria. Por outro lado, um *software* de gestão (sistema gerencial) que venha a atender aos critérios de reconhecimento e as características de ativo intangível, conforme a IAS 38 e o CPC 04, deve ser tratado contabilmente como ativo intangível. São exemplos de ativos intangíveis: Licença de *Software*, Marcas, Patentes, *Goodwill*, Franquias, Gastos com desenvolvimento, Direitos sobre recursos naturais etc.

2.4. Problemas de tratamento de ativos em sistemas ERPs e falhas nos controles internos.

Com base em pesquisas realizadas na plataforma *Scholar* Google, verificou-se que há pouca literatura disponível que aborda os problemas dos sistemas ERP para controle de ativos, e sobre as falhas nos controles internos de ativos imobilizados no período de 2010 a 2021. Na busca foram utilizadas palavras em português e inglês, em que foram encontrados quatro artigos considerados relevantes sobre a temática.

Oliveira (2018) em sua pesquisa sobre Implementação da nova versão de um sistema integrado de gestão (ERP) para controle patrimonial: O caso da Dataprev, concluiu que: i) as customizações envolvem altos custos, possuem um limite máximo para serem executadas e dependem da relação estabelecida por contrato com o fornecedor; ii) a ausência de relatórios gerenciais customizados para suportar as necessidades de cada processo, compromete a tempestividade de atendimento das demandas, já que os dados precisam ser extraídos de várias bases (e-mail, planilhas, tabelas diferentes no sistema etc.) e consolidados posteriormente de forma manual; iii) a falta de integração das tabelas do sistema, principalmente as relacionadas ao cadastro dos bens (SN1) e seus respectivos valores (SN3), torna o processo manual e passível de erros, visto que há inputs efetuados diretamente pelo usuário.

Cunha et al. (2014) estudou a conformidade na utilização de softwares de controle patrimonial segundo as recomendações do CPC 27 e ICPC 10. Essa pesquisa concluiu que, de modo geral, os preceitos do CPC 27 e da ICPC 10 são contemplados nos softwares de controle patrimonial analisados, numa média de atendimento de 86% dos critérios estabelecidos. A



exceção constatada foi na aplicação dos conceitos de *impairment* e adoção inicial (*deemed cost*).

Ainda segundo Cunha et al.(2014), um de software para controle patrimonial deveria atender os seguintes critérios: i) valor Residual: a) ter campo para tratamento e reconhecimento do valor residual; e b) permitir a alteração do valor residual, a partir de um determinado período, sem que a alteração afete os cálculos dos períodos anteriores; ii) vida útil: a) ter campo específico para que os usuários possam estabelecer a vida útil de cada bem, seja por meio de meses ou anos, ou convertendo o prazo de vida útil em taxa de depreciação; b) alterar a vida útil do bem, desde que se estabeleça a data inicial, sem que a alteração afete os cálculos dos períodos anteriores; iii) depreciação: a) ser capaz de utilizar os três métodos de depreciação mais utilizados: método linear; método dos saldos remanescentes, método de unidades produzidas; b) ser capaz de segregar ou agregar a depreciação de itens conforme seus componentes originais, cessar a depreciação ao atingir seu valor residual ou quando é classificado como mantido para venda; iv) *impairment*: a) não é função do sistema patrimonial calcular o teste de *impairment*, mas apenas reconhecer a desvalorização dos ativos imobilizados de acordo com o teste feito; v) Adoção Inicial: a) possuir campo específico para reconhecimento e controle de ajustes de adoção inicial que deveriam ser aplicados no exercício de 2010.

De acordo com Cavalcante et al. (2021), são falhas nos controles internos de ativos imobilizados em Empresas de Pequeno e Médio Porte (PME): i) diretrizes sobre controle e gestão do imobilizado, estabelecendo a responsabilidade dos membros da administração; ii) área ou responsável específico pelo controle do ativo imobilizado; iii) conhecimento da norma contábil-tributária para aplicação das taxas de depreciação.

As falhas nos controles internos de ativos imobilizados nas Pequenas e Médias Empresas, podem ser melhoradas com a simplificação dos processos de controle dos ativos, por meio de uma ferramenta de baixo custo, que pudesse ser manuseada rapidamente por qualquer indivíduo, sem a necessidade de conhecimentos profundos das normas contábil-tributária.

De acordo com Heerdt e Silva (2016) são falhas nos controles internos de ativos imobilizados em empresas de grande porte: i) complexidade que leva a grande número de pessoas envolvidas no processo, o que torna o controle complicado e mais sujeitos a erros,



assim como a carência de comunicação e treinamento das pessoas envolvidas; ii) O número elevado de filiais distribuídas em diferentes regiões, exige que o controle interno do ativo imobilizado seja realizado por métodos eficazes, e por pessoas capacitadas.

As falhas nos controles internos de ativos imobilizados nas empresas de Grande Porte, também podem ser melhoradas com a simplificação dos processos de controle dos ativos, o que exigiria um menor quadro de recursos humanos. A proposta seria utilizar uma ferramenta de baixo custo, que pudesse ser manuseada rapidamente por qualquer indivíduo, sem a necessidade de conhecimentos profundos, e cujo treinamento fosse rápido e simplificado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho foi utilizada a abordagem de pesquisa qualitativa, quanto à sua natureza a pesquisa classifica-se como aplicada, em relação aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de campo.

A pesquisa de campo foi realizada com aplicação de questionário elaborado utilizando a ferramenta de pesquisa *Google Forms*. O link para os participantes foi enviado via rede social *Linkedin*, para 53 participantes e via aplicativo de comunicação *WhatsApp* para 68 participantes. A pesquisa ficou disponível para os participantes por 60 dias, no período de 01/10/2022 a 29/11/2022.

Não foram coletadas informações dos participantes, como e-mail, nome, telefone, documentos, ou qualquer outra informação que permita a identidade dos respondentes. O público-alvo da pesquisa foram profissionais da área contábil em geral, não se limitando especificamente a profissionais que ocupam cargos de controlar de ativos.

Com o perfil dos profissionais selecionados espera-se capturar a visão e percepção das pequenas e médias corporações, onde, provavelmente, é mais sensível os problemas e falhas nos controles de ativos imobilizado e intangível. Profissionais que ocupam cargos de controlador de ativos, são comuns somente às grandes corporações com investimento intensivo em CAPEX - *Capital Expenditure*.



Na parte introdutória da pesquisa foram propostas duas questões de controle da amostragem, conforme a Tabela 1, uma sobre a área de formação e outra sobre o cargo atualmente ocupado.

As questões de controle têm o objetivo de filtrarem a possibilidade de que, elementos da amostra estranhos a pesquisa, tenham suas respostas consideradas, o que poderia levar a distorções relevantes nos resultados da pesquisa.

Tabela 1: Questões: Controle da Amostra

Nº	Questões de controle da amostra
Questão controle	Qual a sua área de formação?
1	Administração
2	Contabilidade
3	Economia
4	Outros
Questão controle	Qual o seu cargo atualmente?
1	Diretor
2	Gerente
3	Supervisor
4	Analista
5	Outros

Fonte: Elaborada pelos autores.

O propósito da questão de controle sobre a área de formação foi identificar a familiaridade do respondente com o tema abordado, visto que o controle de ativos não é um tema aprofundado nas demais disciplinas fora da área contábil.

O propósito da questão de controle do cargo atual, foi a de identificar a maturidade do profissional com o tema abordado, além de identificar o ponto de vista de quem atua na parte estratégica, tática e operacional nas organizações.

Após as questões de controle, foi posto o questionário da pesquisa, dividido em 11 questões distribuídas em 3 seções (Figuras 3 e 4) conforme as premissas encontradas no



referencial teórico.

A Tabela 2 apresenta as questões da premissa “Problemas nos Sistemas ERPs para controle de Ativos” dividido em 2 proposições:

1. Os sistemas ERPs apresentam problemas para controle de ativos no tocante a custos, relatórios e integrações. As questões formuladas dentro desta proposição têm base nos estudos de Oliveira (2018).
2. Os sistemas ERPS não atendem em 100% os preceitos do CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado). As questões formuladas dentro desta proposição têm base nos estudos de Cunha et. al. (2014).

A Tabela 3 apresenta as questões da premissa “Falhas nos controles internos de ativos” com uma proposição:

3. As principais falhas nos controles internos de ativos são devido à complexidade, grande número de pessoas envolvidas, e falta de treinamentos. As questões formuladas dentro desta proposição têm base nos estudos de Heerdt e Silva (2016) e Cavalcante et al. (2021).

**Tabela 2** - Questões: Seção Problemas nos Sistemas ERPS para controle de Ativos

Nº	Questão
	Problemas nos Sistemas ERPs para controle de Ativos
Proposição 01	Os sistemas ERPs apresentam problemas para controle de ativos no tocante a custos, relatórios e integrações.
1	As customizações do ERP envolvem altos custos, possuem um limite máximo para serem executadas e dependem da relação estabelecida por contrato com o fornecedor.
2	O ERP utilizado disponibiliza relatórios gerenciais customizáveis para atender diferentes necessidades e com informações consolidadas numa única base de dados, para que não seja necessário extração de diferentes fontes para consolidação manual.
3	O ERP utilizado possui integração de tabelas para que não seja necessário processos manuais de relacionamento, o que evita erros manuais e de <i>inputs</i> .
Proposição 02	Os sistemas ERPS não atendem em 100% os preceitos do CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado)
4	O ERP utilizado atende 100% dos preceitos do CPC 27 (e da ICP 10) quanto reconhecimento dos itens do ativo imobilizado.
5	O ERP utilizado atende 100% dos preceitos do CPC 27 (e da ICP 10) quanto aplicação do conceito de valor residual aos bens do ativo imobilizado.
6	O ERP utilizado atende 100% dos preceitos do CPC 27 (e da ICP 10) quanto aplicação do conceito de vida útil aos bens do ativo imobilizado.
7	O ERP utilizado atende 100% dos preceitos do CPC 27 (e da ICP 10) quanto cálculo e métodos de depreciação dos bens do ativo imobilizado.
8	O ERP utilizado atende 100% dos preceitos do CPC 27 (e da ICP 10) quanto reconhecimento do <i>impairment</i> nos itens do ativo imobilizado

Fonte: Elaborada pelos autores.

**Tabela 3** - Questões: Seção Falhas nos Controles Internos de Ativos

	Falhas nos controles internos de ativos
Proposição 03	As principais falhas nos controles internos de ativos são devido à complexidade, grande número de pessoas envolvidas, e falta de treinamento
9	A complexidade nos controles não permite que os mesmos sejam manuseados rapidamente por qualquer indivíduo, pois demandam a necessidade de conhecimentos profundos das normas contábil-tributária.
10	A complexidade nos controles leva a grande número de pessoas envolvidas nos processos, o que tornam os controles complicados e mais sujeitos a erros.
11	O treinamento para executar os controles internos dos ativos no ERP, não é rápido e simplificado.

Fonte: Elaborada pelos autores.

As repostas ao questionário seguem o padrão da escala Likert onde “1” representa o grau mínimo de concordância com a afirmação e “5” representa o grau máximo de concordância com a afirmação.

O questionário antes de submetido a amostra geral, foi apreciado em um pré-teste, em que foi enviado a cinco participantes por um prazo de 14 dias. O objetivo do pré-teste do questionário foi verificar se as questões estavam bem formuladas, se apresentava um grau de entendimento técnico satisfatório e se o prazo esperado para a resposta era suficiente.

Quanto a área de formação, todos os participantes do pré-teste possuíam formação na área contábil. Quanto a cargo ocupado atualmente, não houve participantes com cargo de gerente, houve dois participantes com cargo de supervisão, e o cargo de outros corresponde a um professor universitário.

Após o retorno da amostra teste, o questionário foi ajustado e calibrado com as melhorias sugeridas pelos participantes do pré-teste, e somente após a calibragem foi submetido a amostra geral.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados encontrados na pesquisa de campo que foi disponibilizado aos respondentes no período de 01/10/2022 a 29/11/2022. O link para os participantes foi enviado por *WhatsApp* e divulgado em plataformas de rede social via *LinkedIn*. Neste período, a pesquisa coletou informações de um total de 50 respondentes.

4.1. Questões de controle da Amostra

Na parte introdutória da pesquisa foram postas duas questões de controle da amostragem, uma sobre a área de formação e outra sobre o cargo ocupado atualmente.

Em relação a formação, 88% dos respondentes possuem formação na área contábil, o que garante familiaridade dos respondentes com o tema abordado.

No tocante ao cargo ocupado, 28% da amostra ocupa cargos de diretor; 28% ocupa cargos de gestão; 6% ocupa cargos de supervisão; 16% cargos de analistas, e 22% se identificaram como “outros”, o que pode compreender cargos de assistentes, professores ou consultores. A estratificação da amostra aponta grau de maturidade profissional dos

respondentes e aponta que as respostas possuem um viés estratégico e tático (56% da amostra composta por diretores e gerentes).

4.2. Problemas nos sistemas ERPs para controle de Ativos.

A primeira seção do questionário abordou os problemas nos sistemas ERPs para controle de Ativos. Ela foi subdividida em 2 proposições, a primeira: os sistemas ERPs apresentam problemas para controle de ativos no tocante a custos, relatórios e integrações e a segunda: os sistemas ERPs não atendem em 100% os preceitos do CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado).

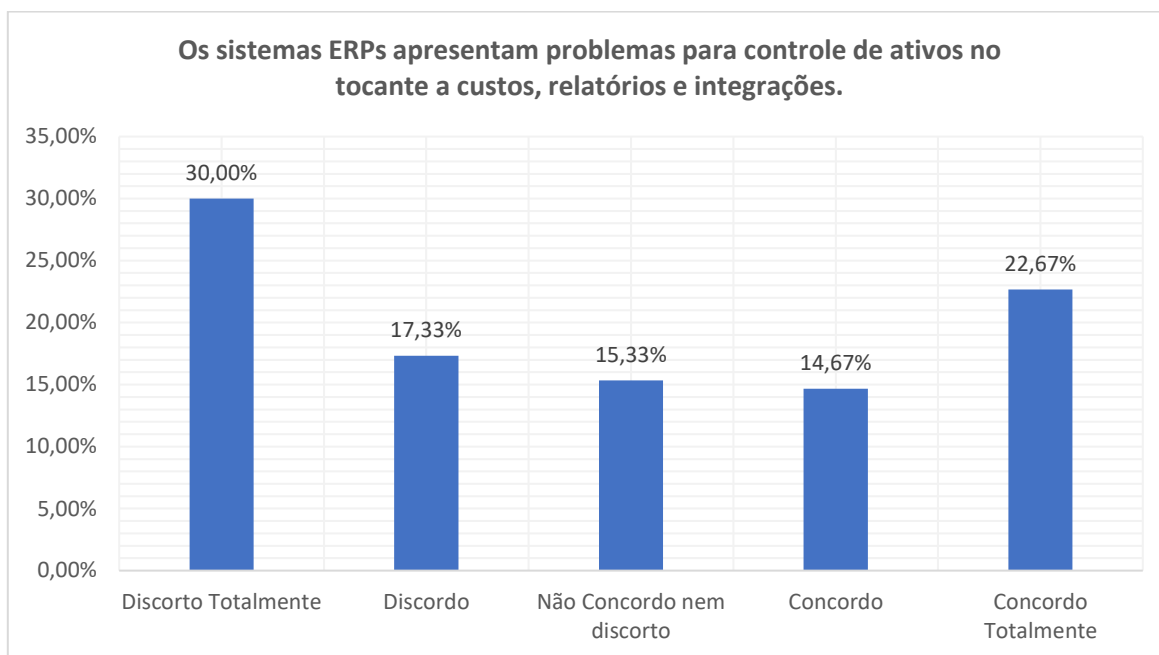
A Tabela 4 apresenta um resumo das proposições analisadas e contém os percentuais de “discordâncias” e “concordâncias” por cargo.

Tabela 4 - Proposições 01 e 02 – Grau de Discordância vs Concordância por cargo

Proposição	Cargo	Discordância	Concordância
01 - Os sistemas ERPs apresentam problemas para controle de ativos no tocante a custos, relatórios e integrações.	Analista	50%	46%
	Diretor	55%	40%
	Gerente	31%	38%
	Outros	58%	36%
	Supervisor	44%	0%
	Total Geral	47%	37%
02 - Os sistemas ERPs não atendem em 100% os preceitos do CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado)	Analista	58%	18%
	Diretor	31%	33%
	Gerente	34%	51%
	Outros	67%	29%
	Supervisor	80%	0%
	Total Geral	47%	33%

Fonte: Dados da pesquisa.

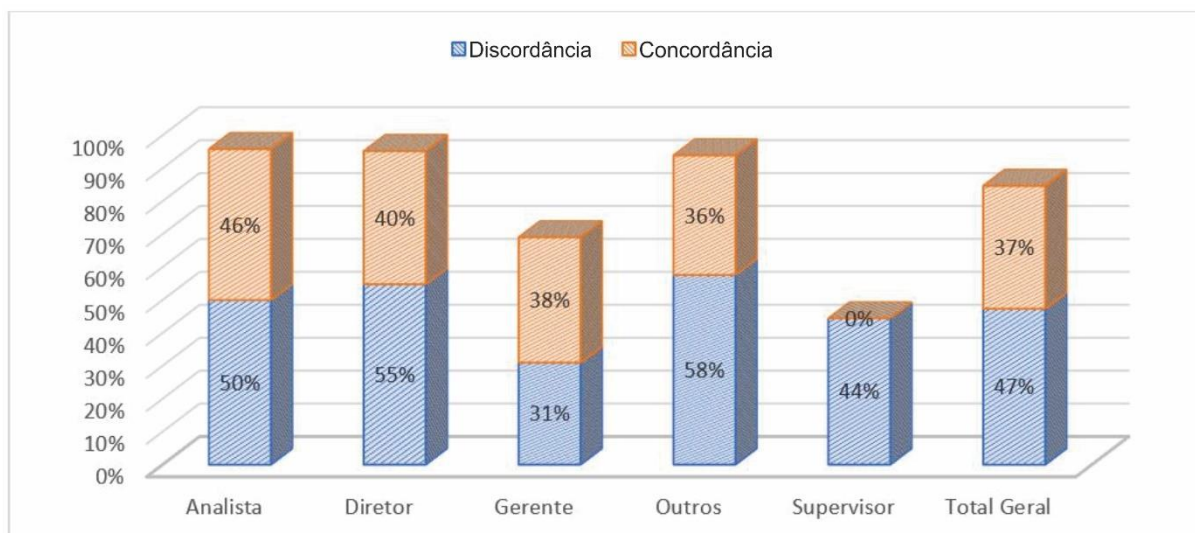
Com base nas respostas das questões 01 a 03, a Figura 2 sintetiza as respostas para a proposição 01: os sistemas ERPs apresentam problemas para controle de ativos no tocante a custos, relatórios e integrações.

Figura 2 - Proposição: 01

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que a proposição 01, “Os sistemas ERPs apresentam problemas para controle de ativos no tocante a custos, relatórios e integrações” apresentou grau de discordância (soma de discordo totalmente com discordo) de 47,33%, enquanto o grau de concordância (soma de concordo com concordo totalmente) foi de 37,34%, ou seja, não apresentou unanimidade.

A Figura 3 apresenta o grau de concordância e discordância por cargo para a proposição 01. Para melhor entendimento, foi retirada a posição neutra da escala Likert, assim o gráfico não atinge 100% para alguns cargos.

Figura 3 - Proposição 01 – Grau de Discordância vs Concordância por cargo


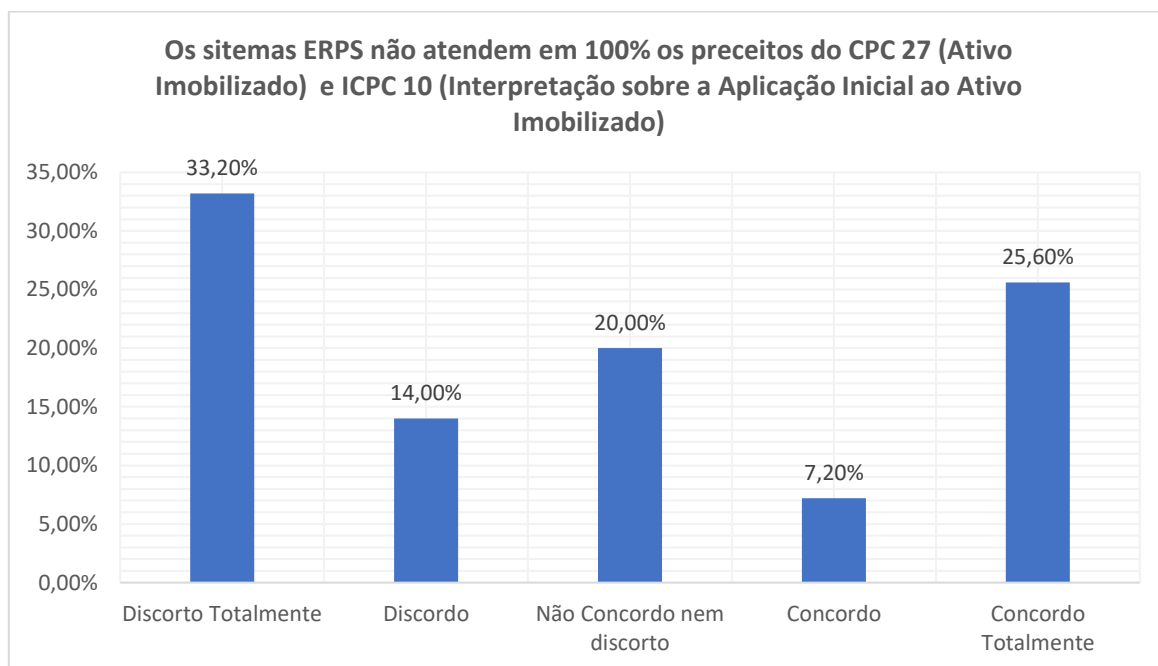
Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 3, verifica-se que houve unanimidade de discordância (50% +1%) entre os cargos de diretor e outros, que são cargos mais distantes da parte operacional do dia a dia. Já em cargos de analista e supervisor houve maioria simples de “discordância”, enquanto o cargo de gerente foi o único com maioria de concordância.

O maior grau de concordância dos cargos de gerência pode ser atribuído ao fato de que são os únicos que transitam entre as responsabilidades tática e operacional, dentro das companhias, o que permite uma melhor visão das deficiências dos sistemas ERPs.

Embora a proposição 01 tenha sido refutada pela pesquisa de campo, grau de discordância de 47%, há um público de 37% que necessita de uma solução para os problemas dos sistemas ERPs para controle de ativos no tocante a custos, relatórios e integrações.

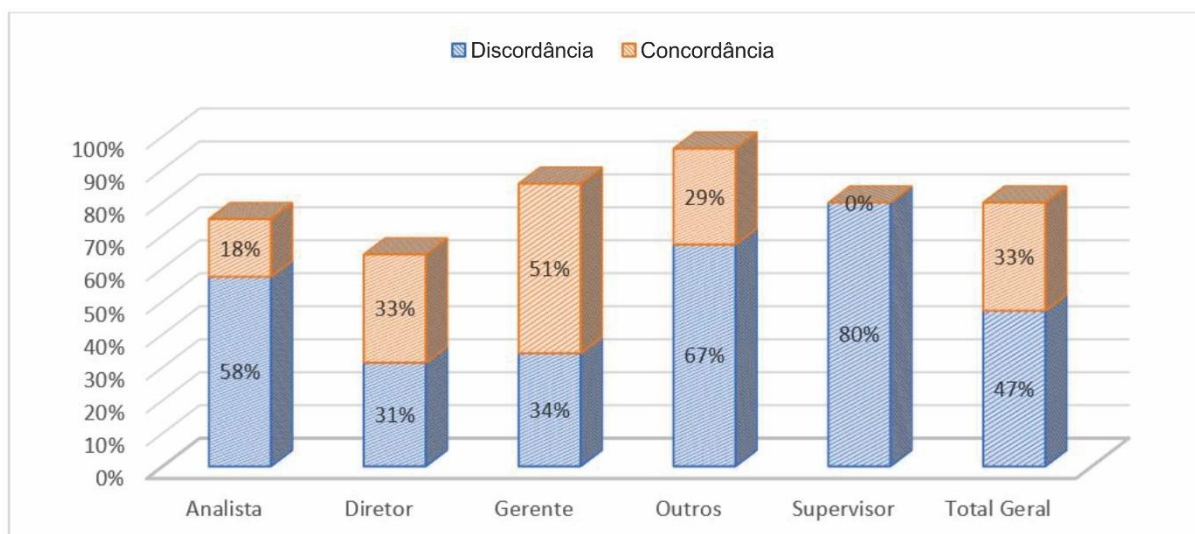
Com base nas respostas das questões 04 a 08, a Figura 4 sintetiza as respostas para a proposição 02: os sistemas ERPs não atendem em 100% os preceitos do CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado).

Figura 4 - Proposição: 02

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que nos dados apresentados na Figura 4, a proposição de que “os sistemas ERPs não atendem em 100% os preceitos do CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado)” apresentou grau de discordância (soma de discordo totalmente com discordo) de 47,20%, enquanto o grau de concordância (soma de concordo com concordo totalmente) foi de 32,80%, ou seja, não apresentou unanimidade.

A Figura 5 apresenta o grau de concordância e discordância por cargo para a proposição 02. Para melhor compreensão, foi retirada a posição neutra da escala Likert, assim o gráfico não atinge 100% para alguns cargos.

Figura 5 - Proposição 02 – Grau de Discordância vs Concordância por cargo


Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 5, nota-se que houve unanimidade de discordância (50% +1%) entre os cargos de analista, outros e supervisor; já o cargo de gerente, houve unanimidade de concordância. Chama a atenção o cargo de diretor, o qual apresentou equilíbrio nas respostas, com grau de concordância em (33%) e grau de discordância em (31%), assim como cargo de supervisor que não apresentou concordância.

O maior grau de concordância dos cargos de gerência pode ser atribuído ao fato de que são os únicos que transitam entre as responsabilidades tática e operacional, dentro das companhias, o que permite uma melhor visão das deficiências dos sistemas ERPs, além do fato de possuírem maior conhecimento técnico e vivência prática, com o tema de controle de ativos dentro das companhias.

Embora a proposição 02 tenha sido refutada, por meio da pesquisa de campo, há um público de 33%, que necessita de uma solução para os problemas dos sistemas ERPs para controle de ativos, que não atendem em 100% os preceitos do CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado).

4.3 Falhas nos Controles Internos de Ativos

A segunda seção do questionário discorreu sobre as possibilidades de falhas nos controles internos de ativos. Nela configuramos apenas uma proposição: as principais falhas nos controles internos de ativos são devido à complexidade, grande número de pessoas



envolvidas e falta de treinamento.

A Tabela 5 apresenta um resumo da proposição analisada e contém os percentuais de discordâncias e concordâncias por cargo.

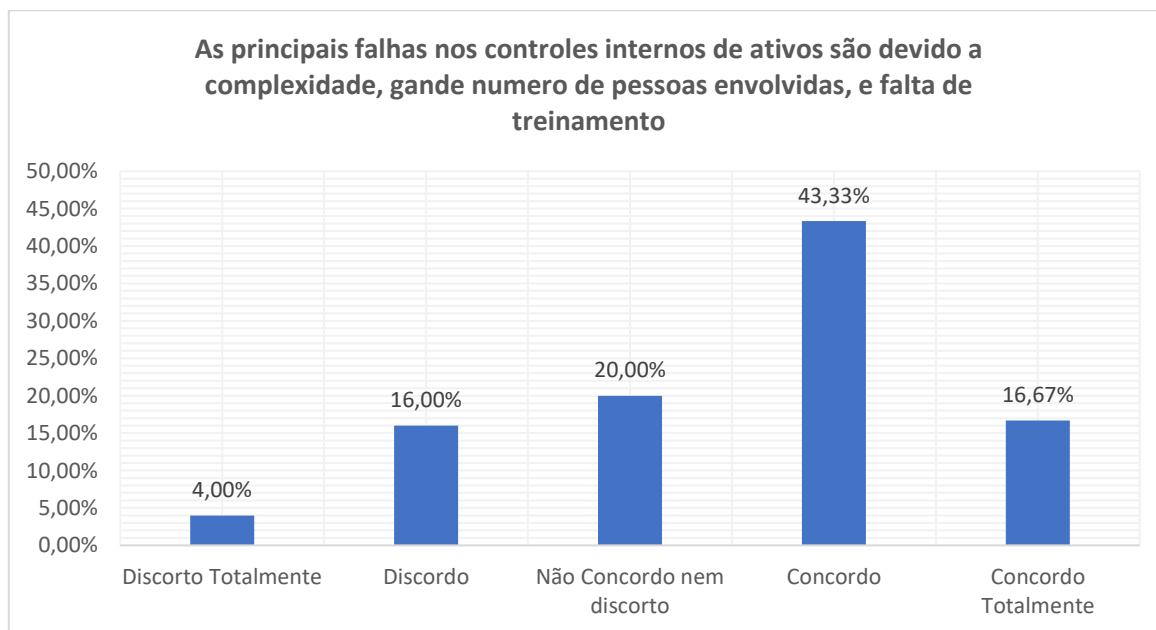
Tabela 5 - Proposição 03 – Grau de Discordância vs Concordância por cargo

Proposição	Cargo	Discordância	Concordância
03 - As principais falhas nos controles internos de ativos são devido à complexidade, grande número de pessoas envolvidas e falta de treinamento.	Analista	13%	54%
	Diretor	31%	57%
	Gerente	14%	71%
	Outros	21%	67%
	Supervisor	11%	11%
	Total Geral	20%	60%

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nas respostas das questões 09 a 11, a Figura 6 sintetiza as respostas para a proposição 03: as principais falhas nos controles internos de ativos são devido à complexidade, grande número de pessoas envolvidas e falta de treinamento.

Figura 6 - Proposição: 03

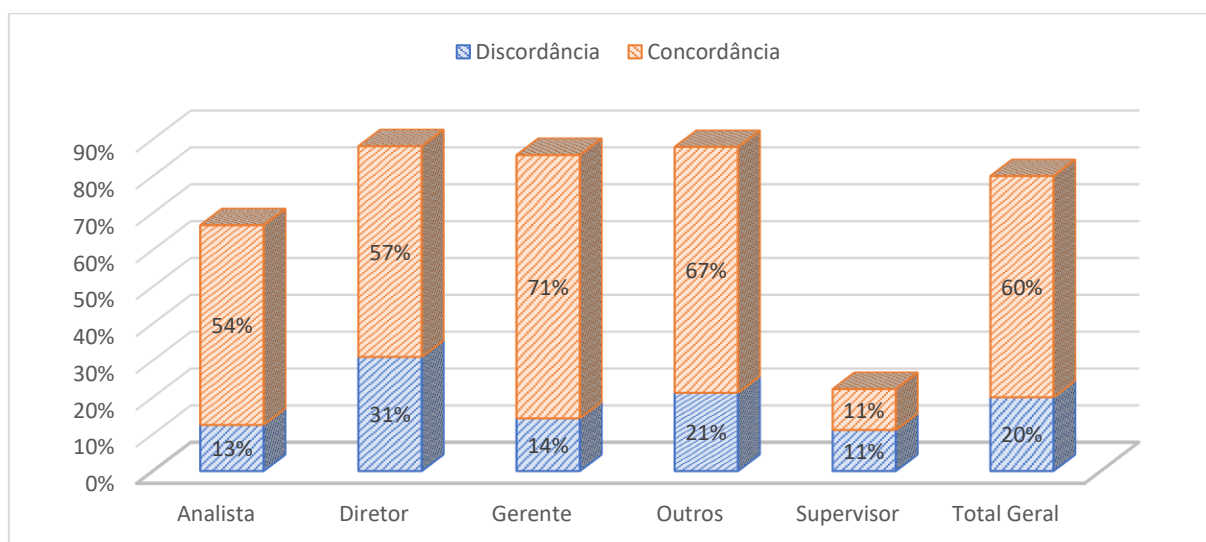


Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que a proposição de que “As principais falhas nos controles internos de ativos são devido à complexidade, grande número de pessoas envolvidas e falta de treinamento”, apresentou grau de concordância de 60%, enquanto o grau de discordância foi de 20%, ou seja, apresentou unanimidade de concordância.

A Figura 7 apresenta o grau de concordância e discordância por cargo para a proposição 03. Para melhor compreensão, foi retirada a posição neutra da escala Likert, assim o gráfico não atinge 100% para alguns cargos.

Figura 7 - Proposição 03 – Grau de Discordância vs Concordância por cargo



Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 7, nota-se que houve unanimidade de concordância (50% +1%) entre os cargos de analista, diretor, gerente e outros, já o cargo de supervisor houve unanimidade de neutralidade (78%). Chama a atenção o cargo de supervisor que ficou com o grau de concordância (11%) igual do grau de discordância (11%). Acredita-se que a baixa quantidade de supervisores na amostra ocasionou a neutralidade na pesquisa.

A proposição 03 foi comprovada, a partir da pesquisa de campo, mostrando que há um público de 60% que necessita de uma solução para as falhas nos controles internos de ativos no tocante à complexidade, grande número de pessoas envolvidas e falta de treinamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O controle de ativos mostra-se como um desafio, tanto nas grandes como nas pequenas corporações. Segundo as premissas deste estudo, este desafio deve-se: i) aos problemas nos sistemas ERPs para controle de ativos; ii) às falhas nos controles internos de ativos.

O objetivo geral deste trabalho foi identificar, por meio de pesquisa de campo, a percepção dos problemas nos controles de ativos, seja nas falhas nos controles internos, seja por problemas nos sistemas ERPs.

Neste sentido, identificou-se os principais problemas nos sistemas ERPs para controle de ativos, e principais falhas nos controles internos destes ativos, por meio da revisão bibliográfica. Após a identificação desses problemas, foi testada a sua confirmação por meio de pesquisa de campo, em que se observou a percepção do problema, o qual depende do nível de posição hierárquica e de função, ocupada dentro da companhia, seja, posição estratégica, tática ou operacional.

A premissa de problemas nos sistemas ERPs para controle de ativos tiveram suas duas proposições refutadas na pesquisa de campo: i) Os sistemas ERPs apresentam problemas para controle de ativos no tocante a custos, relatórios e integrações; ii) Os sistemas ERPs não atendem em 100% os preceitos do CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado).

Já a premissa de falhas nos controles internos de ativos, com a proposição de que as principais falhas nesta atividade são devido à complexidade, grande número de pessoas envolvidas e falta de treinamento, foi confirmada. Houve limitações deste estudo em relação à pesquisa de campo, que não considerou uma amostra estatística para representação da população de profissionais contábeis atuantes no controle de ativos, o que, dependendo do nível de função dentro da companhia, poderia levar a resultados diferentes.

Prevê-se, portanto, possibilidades de novos estudos neste campo, utilizando-se uma amostra estatística e separando a percepção por níveis de função dentro das organizações e utilizando-se castas iguais na amostragem.



REFERENCIAS.

- Araújo, A. S. (2015). *Informática na Empresa*, 6. edição. São Paulo, SP, Atlas: Grupo GEN. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499175/>. Acesso em: 08 maio. 2021.
- Bjelland, E., & Haddar, A. M. (2018). *Evolution of ERP Systems in the Cloud: A Study on System Updates*, Systems, Norway, 2018, systems 6, n. 2, 22; Disponível em: <https://www.mdpi.com/2079-8954/6/2/22/htm>. Acesso em: 02 maio. 2021.
- Bonho, F. T., Martins, F.S., & Alves, A. (2019). *Contabilidade Básica*. São Paulo: Grupo A,. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027411/>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm. Acesso em: 08 maio. 2021.
- Cavalcante, Z. P., Souza, M. B., & Farah, L. L. R. (2021) *Análise e implementação de controles internos dos ativos imobilizados nas empresas do comércio. Analysis and implementation of internal controls of fixed assets in trading companies*. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 6, pp. 64256-64275.
- Chaves, E. C. J., Oikawa, R., Galeale, N. V., & Azevedo, M. M. (2013). *Avaliação da gestão de stakeholders em implantações de projetos de sistemas em serviços*. VIII Whorkshop de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro Paula Souza. São Paulo, SP.
- CPC-04 (R1) de 06 de outubro de 2017. Ativo Intangível. Brasília: Comitê de Pronunciamentos Contábeis.. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2014.pdf. Acesso em: 15 maio. 2021.
- CPC-27, de 26 de junho de 2009. Ativo Imobilizado. Brasília: Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2014.pdf. Acesso em: 08 maio. 2021.
- Correa, H. L., Caon, M., & Giances, I. I. G. N. (1999). *Planejamento, programação e controle da produção MRP II/ERP, conceitos, uso e implantação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, p. 411.
- Correa, J., & Spinola, M. M. (2015). *Adoção, seleção e implantação de um ERP livre*. Prod., São Paulo, v. 25, n. 4, pp. 956-970. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6513.0309T6>. Acesso em: 08 maio. 2021.
- Cunha, P. R., Pamplona, S., Beuren, I. M., & Klann, R. C. (2014) *Conformidade dos softwares de controle patrimonial aos preceitos do CPC 27 e ICPC 10*. GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Bauru, Ano 9, nº 2, pp. 101-119. DOI: 10.15675/gepros.v34i2.100
- Da Silva, R. P., & Galeale, N. V. (2020). *O efeito da implementação dos sistemas ERP e CRM na satisfação dos clientes*. Revista Científica Hermes, 27, 184-207.
- Davenport, T. H. (1998) *Putting the enterprise into the enterprise system*. Harvard business review, v. 76, n. 4.
- Elragal, A., & Haddara, M. (2012) *The Future of ERP Systems: Look backward before moving forward*. Procedia Technol. pp. 21-30.



- Gavrikova, E., Volkova, I., Burda, Y. (2020). *Strategic aspects of asset management: An overview of current research*. Sustainability, v. 12, n. 15, pp. 5955.
- Gelbcke, E. R., Santos, A., Iudícibus, S. D., & Martins, E. (2018). *Manual de Contabilidade Societária*, 3. ed. São Paulo: Grupo GEN,. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597016161/>. Acesso em: 08 maio. 2021.
- Hanum, Z., & Amin, R. (2019). *Analysis of the implementation of tax accounting for fixed assets in. Alkesindo Buana cakra*. In: Journal of International Conference Proceedings (JICP), p. 36.
- Heerdt, B. C., & Silva, A. V. (2016). *Os Controles Internos de Ativo Imobilizado em Empresa de Grande Porte na Região Sul e Sudeste do País*. Disponível em: http://app.catolicasc.org.br/imagens_biblio/000099/0000996d.pdf. Acesso em: 13 março. 2022.
- Huber, M., Zimmermann, S., Rentrop, C., & Felden, C., (2016). *The Relation of Shadow Systems and ERP Systems - Insights from a Multiple-Case Study*. Systems, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 11,. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3390/systems4010011>. Acesso em: 02 maio. 2021.
- Javdatovna, A., N., (2021). *Foreign experience in accounting and control of fixed assets in the public sector*. ResearchJet Journal of Analysis and Inventions, v. 2, n. 04, pp. 381-385.
- Kotb, M., T., Haddara, M., & Kotb, Y., T., (2011). *Back-propagation artificial neural network for ERP adoption cost estimation*. Commun. Comput. Inf. Sci., 220, pp.180-187.
- Marion, J., C., (2018). *Contabilidade Básica*. Rio de Janeiro: Grupo GEN,. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018103/>. Acesso em: 15 janeiro. 2022.
- Nichita, M., (2019). *Intangible assets—insights from a literature review*. Accounting and management information systems, v. 18, n. 2, pp. 224-261.
- Oliveira, A., R., (2018). *Implementação da nova versão de um sistema integrado de gestão (ERP) para controle patrimonial: O caso da Dataprev*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil.
- Padoveze, C., L., Benedicto, G., C., D., & Leite, J., D., S., J., (2017). *Manual de contabilidade internacional: IFRS – US Gaap – BR Gaap: Teoria e prática*. São Paulo: Cengage Learning Brasil,. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126545/> Acesso em: 15 maio. 2022.
- Souza, C., A., Saccol, A., Z., (2003). *Sistemas ERP no Brasil (Enterprise Resource Planning): Teoria e Casos*. São Paulo: Atlas, p.368. ISBN: 85-224-3493-X.